

Sarney limitará gratificações e as demissões voluntárias

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney deve assinar amanhã, novos decretos modificando os anteriores, relativos à demissão voluntária e ao corte de gratificações do funcionalismo público. O anúncio foi feito ontem pelo Ministro da Administração, Aluizio Alves. Agora, para se demitir voluntariamente e fazer jus aos incentivos que isto representa — às vezes, até 35 salários — o funcionário terá que contar com um parecer do ministro da área, provando que sua presença não é

mais necessária.

Outro decreto também modificará a proposta anterior, de cortar as gratificações, que no Brasil assumem 104 formas diferentes, para torná-la mais racional. Vão acabar, por exemplo, as gratificações que os funcionários do Ministério da Fazenda recebiam por trabalharem em "regiões inóspitas", como Rio e São Paulo.

Solução para casos como da Secretária do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que

GLBO
29 JUN 1986

tinha um salário de agente administrativo de CZ\$ 16 mil, mas acabava recebendo CZ\$ 636 mil (com desconto de CZ\$ 140 mil de Imposto de Renda), só depois de a nova Constituição ser promulgada com a norma de que nenhum funcionário poderá receber acima dos Ministros, hoje com salários de CZ\$ 532 mil.

O Ministro confirmou ainda a contratação pelo Governo de mais 6,5 mil funcionários. Ele disse que isto está previsto no decre-

to que acabou com as contratações, que previa casos excepcionais, por proposta do Ministro da área envolvida e depois de parecer dos Ministérios da Fazenda; Planejamento e Administração. Segundo ele, não há excesso de funcionários, mas má distribuição. O Governo, afirmou, está redistribuindo 1.500 funcionários da Portobrás, 700 da Celpac e, provavelmente, serão também atingidos 700 da EBN. No final do ano, de 8 a 10 mil funcionários serão redistribuídos.